



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 01/11/2024

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 40 (quarenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

AS QUESTÕES DE 01 A 08 SE REFEREM AO TEXTO A SEGUIR.**Na contramão do barulho, a liderança silenciosa**

Líderes tóxicos foram citados como um dos grandes desafios na gestão de pessoas, em uma pesquisa publicada pela Exame

Henrique Portugal | 12/10/2024

Discursos inflamados, provocações e até violência de líderes transformando debates políticos em espetáculos midiáticos rechearam recentemente páginas de jornais,¹ sites e redes sociais. Em meio a todo esse barulho e exageros, e pensando no lado corporativo, me veio à cabeça um tipo de liderança mais reservada, que valoriza a colaboração: a liderança silenciosa. Ela vai na contramão daquele estilo tradicional de líder absolutista, autoritário, que lidera pela imposição, algo que, na minha opinião, dá muitas margens para gerar erros.

Prefiro os gestores que ouvem, que aprendem e que abrem espaço para o diálogo, o que não reflete exatamente a realidade. Líderes tóxicos foram citados como um dos grandes desafios na gestão de pessoas,² em uma pesquisa publicada pela Exame.

Recentemente, um artigo da Bloomberg falou sobre a morte prematura de Susan Wojcicki, aos 56 anos. Susan foi executiva do YouTube por quase 10 anos e cofundadora do Google. Ela teve uma carreira notória,³ desenhou o que hoje são essas gigantes. E, **como** cita o artigo, é lembrada por sua liderança silenciosa. Com perfil discreto, ela tinha o poder de "prosperar no caos, sendo a voz da razão" e privilegiava tomar decisões por consenso.

Sobre Susan, o youtuber Hank Green escreveu: "As pessoas sentem que a estrutura do mundo é inevitável, mas ela é construída por pessoas, e o que vocês construíram sob a liderança silenciosa de Susan em um ambiente ridiculamente complexo é extremamente especial e muito acima do que outros criaram" (Bloomberg).

Outra liderança que também nos deixou há pouco tempo, Charlie Munger, "um visionário silencioso", como descreveu a Forbes, é uma liderança de personalidade reservada, assim como Warren Buffett,⁴ seu parceiro. Eles moldaram o mercado financeiro com suas ideias e opiniões, sem aquele tom agressivo.

Por fim, não dá para deixar de falar de Bill Gates,⁵ que sempre demonstra muita tranquilidade, racionalidade e uma grande dose de inteligência estratégica.

Do meu ponto de vista, a figura da liderança silenciosa reflete mais que um perfil discreto - ela se concentra em ideias e ações que influenciam e têm o poder de conduzir, sem ter a necessidade de ordenar. Afinal, como afirma o filósofo sul-coreano, Byung-Chul Han: "Quanto mais poderoso for o poder, mais silenciosamente ele atuará. Onde ele precisar mostrar sua força, é porque já está enfraquecido".

PORTUGAL, Henrique. Na contramão do barulho, a liderança silenciosa. *Estado de Minas*, 12 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/colunistas/henrique-portugal/2024/10/6963208-na-contramao-do-barulho-a-lideranca-silenciosa.html>. Acesso em: 18 out. 2024. Adaptado.

1. Levando-se em consideração sua estrutura, pode-se afirmar que o texto apresentado é um exemplar do gênero

- A) Editorial.
- B) Resenha crítica.
- C) Artigo de Opinião.
- D) Notícia.
- E) Entrevista.

2. Em qual dos trechos a seguir, extraídos do texto, é possível identificar uma expressão típica da função emotiva da linguagem?

- A) "Prefiro os gestores que ouvem, aprendem e abrem espaço para o diálogo [...]."
- B) "Susan foi executiva do YouTube por quase 10 anos e cofundadora do Google."
- C) "As pessoas sentem que a estrutura do mundo é inevitável [...]."
- D) "Eles moldaram o mercado financeiro com suas ideias e opiniões, sem aquele tom agressivo."
- E) "'Quanto mais poderoso for o poder, mais silenciosamente ele atuará.'"

3. Ao utilizar a expressão "liderança silenciosa" ao falar da gestão de pessoas, o autor quis afirmar que tal liderança deve ser

- A) inerte.
- B) intransigente.
- C) ponderada.
- D) autoritária.
- E) displicente.

4. A palavra "como", em destaque no terceiro parágrafo do texto, adquire no contexto um sentido de

- A) comparação.
- B) causa.
- C) proporção.
- D) modo.
- E) conformidade.

5. São tipos de argumentos presentes no texto, exceto:

- A) exemplos.
- B) discursos de autoridade.
- C) fatos noticiados recentemente.
- D) dados estatísticos.
- E) ideias contrastivas.

6. Qual é a função das aspas duplas empregadas em toda a extensão do texto?

- A) Indicar discursos reproduzidos de modo direto.
- B) Destacar títulos de obras.
- C) Enfatizar expressões conotativas.
- D) Indicar discursos reproduzidos de modo indireto.
- E) Destacar expressões da informalidade linguística.

7. A principal finalidade do texto apresentado é a de

- A) informar sobre a morte de líderes de grandes empresas.
- B) criticar a postura de candidatos em debates políticos.
- C) argumentar a favor da postura da liderança silenciosa.
- D) minimizar os efeitos da violência transmitida nas mídias.
- E) defender a reeducação de líderes empresariais tóxicos.

8. Qual das cinco ocorrências da vírgula sinalizadas com colchetes no texto é de caráter opcional?

- A) A primeira ocorrência.
- B) A segunda ocorrência.
- C) A terceira ocorrência.
- D) A quarta ocorrência.
- E) A quinta ocorrência.

AS QUESTÕES 09 E 10 SE REFEREM AO TEXTO A SEGUIR.

A sincronização do tempo

Nem sempre o mundo manteve o mesmo horário. Isso foi impossível por séculos, e o tempo somente podia ser definido localmente pelo relógio mais próximo. Naquela época, em um lugar era meio-dia, mas no final da rua **ERA/ERAM** 12h15.

Ainda nos anos 1800, os Estados Unidos **OPERAVA/OPERAVAM** com centenas de padrões de tempo diferentes, definidos pelas cidades e pelos gerentes das ferrovias locais. Isso ocorria, em parte, porque não havia uma forma viável de sincronizar todos os relógios em um país, que dirá em todo o planeta.

Em grande parte da história humana, isso não tinha importância. As pessoas trabalhavam quando precisavam, não viajavam para longe e, se quisessem saber a hora, bastava observar um relógio de Sol, a torre de um relógio ou ouvir os sinos da igreja ou um chamado para oração. _____, à medida que a era industrial avançava, ficou claro que esta situação não podia continuar. E, em alguns casos, podia ser mortal.

Em meados dos anos 1800, por exemplo, dois trens colidiram de frente na região da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, matando 14 pessoas — tudo porque um dos condutores usava

um "relógio emprestado de má qualidade", que não estava sincronizado com o do colega.

Para operar de forma eficiente, as economias em crescimento precisavam de um sistema melhor e compartilhado de precisão do tempo, que **PERMITISSE/PERMITISSEM** que as fábricas pudessem empregar mão de obra no mesmo horário, os trens pudessem sair e chegar nos horários previstos e os bancos pudessem registrar a data e a hora das transações financeiras.

Como observou certa vez o historiador americano Lewis Mumford, o relógio — e não a máquina a vapor — foi a máquina mais importante da Revolução Industrial. As máquinas a vapor podem ter abastecido as fábricas e o transporte, mas não **CONSEGUIA/CONSEGUIAM** sincronizar as pessoas e suas atividades.

Por muito tempo, o principal árbitro desse novo tempo compartilhado foi o Observatório Real de Greenwich, em Londres. Os avançados relógios mecânicos do observatório mostravam a hora "real": o Tempo Médio de Greenwich (GMT, na sigla em inglês).

Em 1833, os responsáveis pela marcação do tempo acrescentaram uma bola vermelha a um mastro do observatório. A bola caíria todos os dias às 13h, para que os comerciantes, as fábricas e os bancos pudessem acertar os seus relógios.

Alguns anos depois, o horário GMT foi distribuído por telegrama como o "horário dos trens" de todo o país, garantindo que toda a rede ferroviária do Reino Unido estivesse sincronizada. Nos anos 1880, o sinal horário de Greenwich foi enviado por meio do Atlântico por um cabo submarino até Harvard, em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos. E, na Conferência Internacional do Meridiano de 1884, na capital americana, Washington DC, mais de 25 países decidiram que o horário GMT se tornaria o padrão internacional da hora.

FISHER, Richard. Como funcionam os relógios atômicos, sem os quais o mundo moderno afundaria no caos. *BBC Brasil*, 21 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-62404690>. Acesso em: 20 out. 2024. Fragmento adaptado.

9. No terceiro parágrafo do texto, foi inserida uma lacuna. Leia tal trecho atentamente e, em seguida, marque a alternativa que apresenta uma expressão capaz de conectar adequadamente as ideias explicitadas.

- A) Contudo
- B) Portanto
- C) Logo
- D) Ademais
- E) Conquanto

10. Analise os pares de verbos em destaque no texto, bem como o contexto sintático em que foram empregados. Em seguida, marque a opção que apresenta a concordância verbal padrão em que tais verbos devem ser conjugados.

- A) era | operava | permitissem | conseguia
- B) eram | operavam | permitissem | conseguiam
- C) era | operavam | permitissem | conseguia

D) era | operava | permitisse | conseguiram

E) eram | operavam | permitisse | conseguiram

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Conforme previsto na Lei de Improbidade Administrativa, o Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, conforme estabelece o art. 17-B. A lei estabelece alguns parâmetros para a celebração do acordo, dentre as penalidades acordadas, a lei prevê o impedimento de celebração de novo acordo, isto é, em caso de descumprimento do acordo pelo investigado ou o demandado, que ficará impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de:

A) 02 anos.

B) 05 anos.

C) 15 anos.

D) 20 anos.

E) não poderá celebrar mais acordo.

12. Sobre a prescrição, conforme previsto na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a opção incorreta.

A) A lei considera como termo a quo para a contagem do prazo de prescrição a ocorrência do fato.

B) A prescrição ocorre após 08 (oito) anos.

C) A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração de ilícitos suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias.

D) Após o fim da interrupção do prazo prescricional, este voltará a contar da metade, e não do início.

E) Não se aplica aos processos ao qual o agente responde por ato de improbidade administrativa a prescrição intercorrente.

13. Sabe-se que qualquer pessoa que atue em nome do Estado é agente público, não importa qual seja o seu vínculo jurídico. Considerando o que dispõe a legislação acerca do assunto, veja as opções abaixo:

I - O servidor público estável não poderá perder o cargo através de exoneração para corte de gastos.

II - Os servidores militares não possuem direito de greve.

III - O ordenamento jurídico brasileiro reconhece apenas a nomeação como única forma de provimento originário do agente em determinada carreira.

IV - É vedada a acumulação de dois cargos de professor no serviço público.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) seguinte(s) afirmativa(s):

A) II e III.

B) I.

C) II e IV.

D) I e III.

E) IV.

14. A Lei 8112/90 dispõe sobre os prazos prescricionais, para fins de aplicar as penalidades administrativas previstas em lei. Nos casos de advertência, o prazo de prescrição para aplicação será de:

A) 02 (dois) anos.

B) 06 (seis) meses.

C) 90 (noventa) dias.

D) 180 (cento e oitenta) dias.

E) 05 (cinco) anos.

15. O Processo Administrativo Disciplinar (PAD), tal como os demais processos, se caracteriza por diversos atos, com etapas procedimentais e com o propósito de alcançar um fim. Acerca das suas etapas, é correto afirmar que:

A) A instauração se dá mediante a criação de uma comissão processante composta por 03 (três) servidores, podendo ser servidores de carreira ou comissionados.

B) Caso o servidor, acusado de alguma infração administrativa, opte por defesa técnica no PAD e a administração lhe recusa, não configura ofensa à ampla defesa.

C) Em Processo Administrativo Disciplinar, é admitida a interceptação telefônica.

D) Ao ser instaurado o PAD, entendendo que o servidor permanecendo no cargo pode prejudicar o processo, será afastado pela Administração por 30 (trinta) dias, podendo no máximo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias e sem remuneração.

E) É admitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que autorizado pelo juízo competente e respeitados contraditório e ampla defesa.

16. Sobre os direitos fundamentais, é correto afirmar que

A) as pessoas jurídicas também podem ser detentoras dos direitos fundamentais.

B) o rol dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal é taxativo.

C) os direitos e garantias fundamentais se aplicam nas relações Estado vs indivíduo, mas não nas relações entre particulares.

D) viola direitos fundamentais o compartilhamento de dados pessoais entre órgãos da Administração Pública Federal.

E) a imposição de restrições à publicidade de produtos fumígenos e de inserção de advertências sanitárias não pode ser feita com base nos direitos fundamentais em razão da liberdade econômica.

17. A Constituição legitima o direito de manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Nesse caso, estamos falando do exercício de:

- A) Liberdade de informação.
- B) Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.
- C) Liberdade de manifestação do pensamento ou opinião.
- D) Liberdade de crença.
- E) Liberdade de reunião.

18. Ainda considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre os Direitos Individuais e Coletivos, veja as opções abaixo:

I - As associações só poderão ser dissolvidas de maneira compulsória ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial.

II - Nos casos de direito à inviolabilidade da casa, não está compreendido como violação a tal direito a invasão a quarto de hotel, por exemplo.

III - a mera intuição de que está havendo tráfico de drogas na casa de determinada pessoa não autoriza o ingresso sem mandado judicial ou consentimento do morador.

IV - Um veículo poderá ser inspecionado apenas com mandado judicial.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) seguinte(s) item(ns):

- A) I e III.
- B) III e IV.
- C) I.
- D) II e III.
- E) IV.

19. Sobre as Ações Constitucionais, em especial o habeas corpus, levando-se em consideração tanto o seu aspecto histórico como a sua atual aplicabilidade, é incorreto afirmar que

- A) é cabível habeas corpus nos casos de extinção da pena privativa de liberdade.
- B) cabe habeas corpus face à decisão judicial que autoriza a quebra de sigilo bancário e fiscal em procedimento criminal.
- C) caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.
- D) sendo cabível habeas corpus, não caberá mandado de segurança.
- E) podem postular o remédio de liberdade o absolutamente incapaz e o analfabeto.

20. Leia os itens abaixo:

I - A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.

II - É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

III - É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

IV - O aposentado filiado não detém direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.

Tendo em vista o disposto na Constituição Federal sobre tal tema, está(ão) correto(s) apenas:

- A) II e IV.
- B) I e III.
- C) II.
- D) III e IV.
- E) I.

21. Considerando as alterações promovidas pela Lei 13.964/2019, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade, previsto na Legislação Penal, não pode ser superior a

- A) 30 (trinta) anos.
- B) 40 (quarenta) anos.
- C) 35 (trinta e cinco) anos.
- D) 45 (quarenta e cinco) anos.
- E) 50 (cinquenta) anos.

22. As excludentes de culpabilidade podem ser divididas, para seu estudo, em dois grupos, as que dizem respeito ao agente e as que concernem ao fato. No caso em que há uma ordem de duvidosa legalidade dada pelo superior hierárquico ao seu subordinado, para que cometa uma agressão a terceiro, sob pena de responder pela inobservância da determinação, estamos falando de:

- A) Obediência hierárquica.
- B) Coação moral irresistível.
- C) Erro de proibição escusável.
- D) Descriminantes putativas.
- E) Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior.

23. Quando falamos que é a vontade consciente do agente de praticar a conduta típica, independentemente da consciência do ilícito, estamos falando de:

- A) Dolo normativo.
- B) Dolo direto.

- C) Dolo natural.
 D) Dolo eventual.
 E) Culpa consciente.

24. O Código Civil apresenta algumas classificações para os bens, dentre elas, quanto à dependência ou bens reciprocamente considerados. Assim, quando falamos que os bens que decorrem do principal e comprometem a existência do bem principal, diminuindo a sua quantidade, estamos falando dos bens classificados como:

- A) frutos naturais.
 B) frutos industriais.
 C) pertenças.
 D) produtos.
 E) benfeitorias.

25. Ainda sobre o que dispõe o Código Civil acerca dos bens, é correto afirmar que

- A) os bens semoventes são aqueles movimentados por uma força alheia sem qualquer prejuízo às suas finalidades.
 B) os bens infungíveis são aqueles que são substituíveis por outros de mesma qualidade, quantidade e espécie.
 C) os bens denominados incorpóreos são aqueles que podem ser tocados como, por exemplo, um automóvel.
 D) os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico.
 E) os bens de uso especial são aqueles que pertencem às pessoas jurídicas de direito público e que estão afetados a uma destinação especial.

26. Pelo mandato, uma pessoa concede a outra poderes para realizar atos ou administrar interesses. Com base que o Código Civil dispõe, sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- A) O menor relativamente incapaz pode ser mandatário e mandante.
 B) Os poderes ordinários de um mandatário envolvem administração e outros poderes como alienar, gravar de ônus, transigir e realizar atos, não havendo a necessidade de haver tais poderes de modo expresse.
 C) O mandatário não tem o direito de retenção para obrigar o mandante pagar o que deve em razão do mandato.
 D) Quando o procurador age unicamente para a transmissão de uma vontade não há que se falar em mandato, mas simples núncio.
 E) O mandato não se extingue pela interdição de uma das partes.

27. Leia as opções abaixo, considerando o que dispõe a legislação sobre o contrato de fiança.

I - A fiança não requer participação do devedor, sendo estipulada entre fiador e credor de forma direta.

II - O benefício de ordem, caso seja incluído no contrato, não impede o credor de executar o fiador antes do devedor.

III - Uma fiança sobre uma obrigação nula sempre será nula.

IV - A obrigação nascida da fiança será transmitida aos herdeiros em caso de falecimento do fiador.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- A) II e III.
 B) I.
 C) II e IV.
 D) III.
 E) I e IV.

28. Sobre o dever de prestar alimentos, é correto afirmar que

- A) julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos serão devidos a partir do ajuizamento da ação, se aplicando inclusive aos alimentos provisoriamente fixados.
 B) os alimentos podem ser compensados com outras dívidas e prescrevem em 02 (dois) anos o direito de se requerer.
 C) na linha reta, o dever de alimentos não possui limitação de grau, somente de responsabilidade.
 D) na obrigação alimentar devida ao maior de 60 anos é subsidiária.
 E) a prisão pode decorrer de alimentos indenizatórios e compensatórios.

29. Leia as opções abaixo, considerando as previsões no Código Civil sobre a União Estável:

I - Para a configuração da União Estável, exige-se que viva sob o mesmo teto.

II - Na União Estável, a opção de regime de bens e demais regramentos devem ser feita por contrato escrito.

III - A União Estável não pode ser confundida com o matrimônio.

IV - Na União Estável há a imposição de outorga.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- A) II e IV.
 B) III.
 C) II e III.
 D) I.
 E) I e IV.

30. Sobre a execução de alimentos, assinale a alternativa incorreta.

A) Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

B) É vedado o protesto por falta de pagamento de pensão alimentícia.

C) A prisão será cumprida em regime fechado, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.

D) Quando a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos, caberá ao executado, a requerimento do exequente, constituir capital cuja renda assegure o pagamento do valor mensal da pensão.

E) A prestação alimentícia poderá ser fixada tomando por base o salário-mínimo.

31. Acerca da formação do processo, sabe-se que o processo civil começa por iniciativa da parte, uma vez que a jurisdição é inerte. Dessa forma, considerando o disposto no Código Processual acerca de tal tema, assinale a opção correta.

A) O despacho que ordena a citação interrompe a prescrição, exceto nos casos em que é ordenado por juízo incompetente.

B) A citação válida induz litispendência, faz litigiosa a coisa e constitui o devedor em mora.

C) A partir da citação, o autor ainda pode alterar o pedido e a causa de pedir sem o consentimento do réu.

D) Quando o ato processual depende de iniciativa do autor, o juiz aguardará que ele tome as providências e, se não o fizer, e o processo ficar paralisado, determinará que seja intimado para dar andamento ao feito em quinze dias, sob pena de extinção sem resolução de mérito.

E) Caso o juiz detecte algum vício que possa ser sanado, concederá ao autor 10 dias para que o corrija.

32. Acerca da Execução Fiscal, sob o aspecto processual, é correto afirmar que

A) a execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, porém, sendo vedada a propositura do lugar que o Réu for encontrado.

B) em uma execução fiscal, não é possível que o executado alegue prescrição por meio de exceção de pré-executividade.

C) no caso de desacolhimento dos embargos à execução ajuizada em face da Fazenda haverá remessa necessária.

D) na Lei de Execução Fiscal, contra a sentença que julga os embargos de pequeno valor, o recurso cabível é o de embargos infringentes.

E) não se aplica a regra de contagem de prazos em dias úteis para a oposição dos embargos à execução fiscal.

33. Sobre os atos processuais, bem como sua classificação, forma e requisitos, assinale a opção correta.

A) As decisões interlocutórias, assim como os despachos, podem ter conteúdo decisório e podem trazer prejuízo ou gravame às partes.

B) Não há prazo para o juiz proferir sentença.

C) Os atos das partes consistem em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade.

D) As partes podem negociar apenas sobre o direito material discutido, mas não sobre o próprio procedimento.

E) O ato não será válido tendo sido praticado por outro meio.

34. Nos casos de liquidação em fase de execução, consoante estabelecido no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

A) não existe liquidação de título extrajudicial.

B) não é possível promover a liquidação nos casos em que esteja pendente de recurso provido de efeito suspensivo.

C) a liquidação constitui um novo processo.

D) a liquidação pode ser requerida pelo credor, mas não pelo devedor.

E) o credor não pode promover simultaneamente a execução da parte líquida, e, em autos apartados, a liquidação da outra parte.

35. Leia as opções abaixo:

I - Quanto à natureza jurídica do inquérito policial, vem determinada pelo sujeito e pela natureza dos atos realizados, de modo que deve ser considerado como um procedimento administrativo pré-processual.

II - O inquérito não é necessariamente policial.

III - Ao juiz das garantias cabe investigar e produzir provas.

IV - O juiz das garantias apenas recebe ou rejeita a denúncia ou queixa-crime.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

A) I e II.

B) II e III.

C) I e IV.

D) II.

E) IV.

36. Seguindo a sistemática do Código de Processo Penal, existem medidas assecuratórias, na medida em que buscam a tutela do processo (assegurando a prova) e, ainda, desempenham uma importante função de tutela do interesse econômico da vítima, resguardando bens para uma futura ação civil ex delicti (anteriormente explicada) e do Estado. Quando estivermos diante de uma situação em que recai sobre o objeto direto do crime, a medida cabível será:

A) Sequestro.

B) Apreensão.

C) Hipoteca legal.

D) Arresto prévio de imóveis.

E) Arresto prévio de móveis.

37. A respeito do Acordo de Não Persecução Penal, é incorreto afirmar que:

A) O Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante condições ajustadas de forma cumulativa e alternativamente.

B) A vítima participa do acordo e é intimada da homologação.

C) O acordo de não persecução deverá ser proposto antes do recebimento da denúncia, sendo homologado pelo juiz das garantias.

D) Poderá ser proposto na audiência de custódia, quando for caso de sua realização e a especificidade do caso permitir.

E) Será formalizado por escrito e firmado pelo MP e o imputado e seu defensor, nada impedindo que seja realizada audiência para a negociação das condições do acordo.

38. Quando falamos de um meio extraordinário de impugnação, que se destina a rescindir uma sentença transitada em julgado, exercendo por vezes papel similar ao de uma ação de anulação, ou constitutiva negativa, estamos falando de:

A) Habeas Corpus.

B) Mandado de Segurança.

C) Ação Anulatória.

D) Revisão Criminal.

E) Agravo em Execução Penal.

39. Sobre as provas no âmbito do processo penal, assinale a opção incorreta.

A) A vítima pode pedir que o réu seja retirado da sala de audiências quando for depor, se a presença daquele influir no seu estado de ânimo ao depor.

B) A vítima presta compromisso de dizer a verdade e pode ser responsabilizada pelo delito de falso testemunho.

C) Para que o interrogatório seja realizado por videoconferência, deve existir uma decisão judicial fundamentada, da qual serão intimadas as partes com, no mínimo, 10 dias de antecedência.

D) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, mas, na falta de um perito, será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica.

E) O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

40. A Lei n. 9605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao

meio ambiente Penal. Sobre a referida Lei, é incorreto afirmar que

A) nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, não é permitido ofertar a transação penal, prevista na Lei 9099/95.

B) nos casos previstos na Lei 9605/98, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação em que a pena privativa de liberdade não seja superior a três anos.

C) a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

D) a perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível poderá ser aproveitada no processo penal, instaurando-se o contraditório.

E) nas infrações penais previstas na Lei 9605/98, a ação penal é pública incondicionada.